

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1622269 - RS  
(2019/0352740-1)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : NILO CERETTA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : MARENIZE FATIMA PAGLIARINI -  
INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS : ADELINO SOMAVILLA - RS022915  
CÁSSIA RONISE SOMAVILLA GUASSO - RS038740  
JOBBS DASHIELL SOMAVILLA - RS076624**  
**AGRAVADO : JENI CERETTA**  
**AGRAVADO : DOUGLAS CERETTA**  
**AGRAVADO : SANDRA CERETTA**  
**AGRAVADO : DIONE CERETTA**  
**AGRAVADO : ISAC CERETTA**  
**ADVOGADO : JOÃO DELCIOMAR GATELLI E OUTRO(S) -  
RS034683**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 7 do STJ).

3. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator